

A esquerda verde progressista do Século XXI **- para um futuro sustentável e justo -**

Moção de Estratégia Geral apresentada ao IX Congresso do LIVRE

Proponentes:

Ana Raposo Marques, Carlos M.G.L. Teixeira, Eduardo Viana, Filipe Honório, Filipa Castro, Filipa Pinto, Henrique Vasconcelos, Isabel Mendes Lopes, João Monteiro, José Manuel Azevedo, Luísa Álvares, Ofélia Janeiro, Patrícia Gonçalves, Pedro Mendonça, Pedro Rodrigues, Rodrigo Brito, Safaa Dib, Teresa Mota, Tomás Cardoso Pereira

O **LIVRE** é o **partido português que representa a esquerda verde europeia**, com uma visão ecologista, cosmopolita e universalista que reconhece e antecipa os desafios que se nos apresentam no século XXI. Aos seis anos de existência, este é o momento para o LIVRE reforçar a sua identidade ideológica, estruturalmente assente nos quatro pilares que o definem - da Liberdade, da Esquerda, da Europa e da Ecologia - inserida numa **matriz ideológica eco-libertária-socialista democrática**, e apoiado nos valores da República e da Laicidade. Esta é uma identidade única também na forma como assume internamente os **princípios da colegialidade e da democracia participativa**, deliberando todas as suas decisões em órgãos colegiais e elegendo os seus candidatos por via de primárias.

O contexto

Na última década o país enfrentou a crise financeira e a crise das dívidas soberanas europeias, e esteve sob o jugo da Troika e de um governo neoliberal cuja resposta para a crise foi a aplicação de medidas de austeridade. Só foi possível recuperar alguma esperança quando finalmente - e como sempre defendido pelo LIVRE - as forças políticas da esquerda se entenderam para possibilitar um governo do Partido Socialista (PS) apoiado pelo Partido Comunista Português (PCP), pelo Bloco de Esquerda (BE) e pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), num modelo de governação que viria a ser conhecido como a “Geringonça”.

No entanto, o crescimento económico e a recuperação de rendimentos e de direitos não ilibam de críticas o governo socialista e os parceiros à sua esquerda. **Uma austeridade encapotada e a ausência de uma visão de longo prazo para o país permanecem como uma herança indesejada que teima em assombrar a gestão do país e o Estado Social português**, e a aposta do governo em setores económicos de **elevadíssimo impacte ambiental e assentes numa lógica extrativista** revela uma persistente **incapacidade para governar de forma sustentável e ecológica**.

Assim, o Estado social português sofre grandes constrangimentos decorrentes de desequilíbrios comerciais ao nível europeu, de problemas estruturais da Zona Euro e da inflexibilidade da política monetária europeia. A amarra ideológica sobre a qual a política monetária europeia se rege é produtora de políticas austeritárias que rejeitamos. Estes fenómenos provocam uma fatal degradação dos serviços públicos, seja ao nível do subfinanciamento ou do menor acesso a serviços fundamentais, resultando na perda de qualidade de vida dos cidadãos. Mais do que nunca, é **urgente combater as desigualdades sociais** - agravadas pelas consequências da crise ambiental que vivemos - **defendendo o Estado social**, que é o **grande garante de igualdade e liberdade**, e que carece de permanente reforço e consolidação, investindo na melhoria contínua dos serviços, em vez de os cortar quando não funcionam.

Entre os serviços públicos, o **Serviço Nacional de Saúde** sofre de um terrível subfinanciamento e da falta de planeamento crónico, que têm tido como consequência a falta de condições tanto nos hospitais como nos Cuidados Primários, a ruptura de stocks de medicamentos e a falta de profissionais de saúde, com a consequente sobrecarga dos que estão no ativo.

Na **Educação**, é gritante a falta de investimento, com carência de assistentes operacionais e de psicólogos nas escolas, com vários edifícios escolares degradados e a necessitar de urgente requalificação, e uma classe docente envelhecida, desmotivada e socialmente desvalorizada.

A **precariedade laboral** continua bem presente no setor privado mas também no público. É urgente acabar com o problema dos ‘falsos recibos verdes’. O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) foi um passo tímido e lento e que continua por concluir, sobretudo no que concerne à contratação de investigadores nos centros de investigação e universidades públicas.

Tímida é também a proposta atual de aumento do salário mínimo nacional, afastando-nos da meta de convergência com os restantes países da União Europeia (UE). Num país com enormes desigualdades económicas, e em que cerca de **2,5 milhões de cidadãos vivem abaixo ou na proximidade do limiar de pobreza**, não podem existir hesitações a este respeito.

No que se refere à inovação, Portugal continua dependente sobretudo do esforço de muitos **investigadores em situação precária e subfinanciada**. **Falta o investimento nas universidades e na investigação**, a equiparação definitiva de uma carreira de investigação à carreira de docente e adoção definitiva de um sistema que acabe com os atrasos e constantes alterações de critérios, que refletem a falta de visão estratégica para o país, nos concursos de financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Estes quatro anos de “**Geringonça**” foram também uma oportunidade perdida no que diz respeito à **ecologia e às soluções para a crise ambiental** global, neste século XXI. A aposta continua a ser a intensa exploração de recursos naturais, em vez da preservação do património natural.

Particularmente grave foi o esforço em desenvolver a indústria da **extração de hidrocarbonetos** no nosso território- esforço esse a que o atual governo do PS dá continuidade pelo empenho na extração de minérios, contra a vontade das populações, numa clara violação da democracia, e colocando em **risco solos férteis e aquíferos** e inviabilizando usos futuros do território - **sem qualquer tipo de plano estratégico e sem Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, e com total desrespeito pela legislação ambiental portuguesa e europeia. Em vez de apostar convictamente na ferrovia e na transição para a mobilidade sustentável, bem como numa verdadeira alternativa ao aeroporto Humberto Delgado, o anterior governo assinou contrato para a sua extensão e para a construção do aeroporto do Montijo, contra o apelo de cientistas, engenheiros e cidadãos, e aguarda-se agora a destruição de uma das áreas protegidas mais importantes da Europa - a Reserva Natural do Estuário do Tejo - às portas de Lisboa, Capital Verde Europeia 2020. Até hoje não foi apresentado aos portugueses nenhum estudo comparando alternativas, dentro de uma lógica de verdadeira Avaliação Ambiental Estratégica. É desta forma que, inaceitavelmente, uma grande maioria de esquerda insiste ou convive com **decisões assentes na expectativa de um crescimento económico constante, sem respeito pelos limites naturais do planeta**, colocando em causa os ecossistemas, a biodiversidade, a água, os solos, a produção de alimento e até o cumprimento do Acordo de Paris e das metas de redução das emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, contrariando o discurso propagandista a que o próprio governo tanto tem dado uso e que promete neutralidade carbónica para 2050.

Na Europa, a influência de **forças populistas e xenófobas** continua a representar uma ameaça à integração europeia baseada nos princípios de solidariedade e cooperante. Não obstante, os avanços das **forças progressistas europeias são de assinalar**: na Finlândia, Alemanha, França ou Espanha, as forças verdes, pró-europeias, e anti-austeritárias têm surgido como alternativas viáveis. O resultado das eleições para o Parlamento Europeu de 2019 representa o caminho de esperança e futuro que mostra que é necessário trilhar para combater o discurso populista e xenófobo.

A Presidência rotativa do Conselho da União Europeia será assumida por Portugal partir de 1 de janeiro de 2021. O trabalho da Presidência terá a elevada exigência de abordar questões como a agenda verde europeia, o aprofundamento da democracia europeia e da política económica comum. **Por pressão do LIVRE, o governo já se comprometeu em tornar o Green New Deal europeu uma das prioridades desta presidência.** Torna-se imperativo liderar o debate nacional sobre esta responsabilidade do país em 2021 e que tem de ser preparada durante 2020.

No plano global, a incerteza causada pelo unilateralismo e a instabilidade em várias regiões do globo reforçam a importância da solidariedade enquanto princípio nas relações internacionais, o **respeito**

pelos direitos humanos e a defesa do ambiente, fazendo face à crise ambiental. A **crise humanitária** existente no Mediterrâneo, Magrebe e Médio Oriente merecem a atenção e ação da comunidade internacional, para contribuir para a paz e estabilidade dessas regiões, respeitando a soberania e autodeterminação de todos os povos.

Foi neste cenário nacional e mundial que o LIVRE se apresentou às eleições europeias e legislativas de 2019, com programas eleitorais ambiciosos e nos quais esta lista candidata ao Grupo de Contacto se revê plenamente. **Esta lista encontra-se empenhada em defender, através de um partido colegial e partilhado, as soluções urgentes para os problemas e as oportunidades deste século.**

Um partido com soluções para o Século XXI

O século XXI trouxe-nos um **mundo cada vez mais tecnológico, mais globalizado, mais interligado**. A tecnologia, automação, globalização e proximidade representam novos **desafios** no século XXI, pelos impactos económicos, ambientais e sociais que também acarretam. Simultaneamente, estes avanços constituem **oportunidades** para concretizar **mudanças profundas à forma como o trabalho, papel social e liberdade cívica afetam os nossos tempos**.

Considerando o Tempo como maior bem da Humanidade, e que deve ser alocado da forma mais impactante possível, as novas dimensões e realidades que os avanços tecnológicos trouxeram devem representar um igual avanço no bem-estar do cidadão. Este pode agora expressar-se na sociedade sob diversas formas que, antes, não eram possíveis. Pretendemos continuar a **desafiar o emprego remunerado como o aspeto central das nossas vidas**, que consome tanto tempo, em prol de outras formas de trabalho como o voluntário, familiar e comunitário. Continuamos a trabalhar para moldar a sociedade de futuro, para que seja uma sociedade com acesso à proteção laboral e de rendimento que não deixa ninguém para trás.

Mas infelizmente, este século XXI trouxe também as consequências sociais de uma grave crise financeira, o aprofundamento da crise ambiental e das desigualdades, e a proliferação a nível global de governos e de partidos populistas e autoritários. Vimos renascer sentimentos e movimentos que julgávamos já ultrapassados.

O estabelecimento de um paradigma pós-capitalista de **Desenvolvimento Ecológico e Solidário é mais urgente e desejável** do que nunca, seja pela crise ambiental, pelas desigualdades prementes, pela exclusão social, seja pelas oportunidades de melhoria efetiva de qualidade de vida que traz - com ganho de tempo, recursos e comunidade para todos. Este paradigma que o LIVRE defende é **feminista**, baseado na defesa da igualdade de género, no combate à violência doméstica e estrutural, e que recusa a vitimização da mulher, apostando antes na sua capacitação, é **inclusivo**, sustentado no

combate à discriminação por orientação sexual ou identidade de género, é **antirracista**, alicerçado no combate ao racismo estrutural e xenofobia, é **abrangente**, incluindo os mais frágeis da sociedade através do combate à discriminação etária e promovendo os direitos das pessoas com deficiência, e promoção de representatividade de grupos sociais marginalizados.

Este Desenvolvimento Ecológico e Solidário deve ser cimentado em vários âmbitos, como a **economia circular, o associativismo, o cooperativismo**. A economia circular enquanto estratégia integrada focada na redução de consumo e de desperdício representa também uma oportunidade para reequilibrar o consumo de bens e serviços providenciados pelos ecossistemas com a taxa a que são repostos, bem como para internalizar as externalidades ambientais. Para que isto se torne numa realidade é necessário avançar na regulamentação da atividade industrial e do consumo dos seus produtos, principais geradoras de resíduos, além do acompanhamento de empresas e pessoas. O Estado assume aqui um papel de liderança, pois pode promover compras ecológicas, influenciando o mercado, promovendo dessa forma o desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias mais sustentáveis.

Também o associativismo deve ser fomentado, através do apoio de aconselhamento e promoção de instrumentos à sua gestão, enquanto forma criadora de riqueza redistributiva, e com maior potencial de reinvestimento. Este tipo de fomento é particularmente relevante para as economias regionais, permitindo a orientação para propósitos sociais, com impactos diretos e reais nas comunidades onde estão afetos. O associativismo pode ser, em si, uma forma de apoio aos setores agrícolas e florestal, promovendo consumos e gestão de proximidade, que por essa via respondam de forma mais eficaz aos desafios que as comunidades enfrentam. O apoio ao setor cooperativo é também essencial para concretizar o desenvolvimento local sustentável, além de permitir um reforço do papel dos trabalhadores na gestão, para o qual a criação, na legislação portuguesa, do conceito e reconhecimento de empresa social é pertinente.

Todos estes desafios precisam de soluções políticas. Somos um partido ecologista socialmente consciente. Temos de ser inequivocamente de esquerda para o fazer. Só o conseguiremos fazer numa sociedade livre e aberta - a única que permite a auto-reflexão coletiva - e no quadro maior europeu no qual nos inserimos. É por isso nos quatro pilares e na forma de funcionamento do LIVRE que iremos encontrar sustentação para promover as soluções para o século XXI que ambicionamos.

Esquerda

O LIVRE assume-se como um partido de esquerda, eco-socialista democrático, que rejeita a mercantilização de pessoas, do trabalho e da natureza. Este posicionamento corresponde à defesa e aprofundamento da cultura democrática que impede a degradação das condições de vida dos cidadãos. Os valores de comunidade, solidariedade e universalismo são indissociáveis da igualdade entre todas as pessoas, pelo que a defesa desses valores exige a luta pela justiça social.

A Liberdade, enquanto pilar dos direitos cívicos, tem de ser permanentemente defendida. Num Estado democrático, esta defesa assume várias formas, sendo uma delas o Estado social, que constitui uma garantia de direitos, defesas e oportunidades para os cidadãos, independentemente de condições pré-existentes. A educação, a saúde, a habitação e a segurança social são expressões máximas do Estado social, das quais não podemos abrir mão, sob o risco de abdicar da liberdade. A justiça social exige que todos os cidadãos tenham igual acesso a educação, a saúde, a habitação e a segurança social.

A garantia da educação constitui-se como um contributo decisivo no combate às desigualdades sociais, minimizando o risco de pobreza, assegurando a inclusão. A escola pública necessita de continuar a ser defendida e melhorada, eliminando os entraves económicos à sua frequência, centrando a proposta curricular no aluno, fomentando o sucesso escolar, formando e valorizando os profissionais da educação, e defendendo a gestão democrática das escolas.

A garantia da proteção da saúde é dada pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), que é o principal prestador de cuidados de saúde, podendo ser temporariamente complementado com a resposta do setor privado em situações em que ainda não existam os recursos para garantir melhor e mais atempada solução. A melhoria das condições de vida que o SNS trouxe desde a sua criação sintetiza a importância do Estado social enquanto defensor da Liberdade. O desafio para o SNS está no crescimento necessário, que passa pela saúde mental e cuidados primários. O reforço de meios não dispensa a integração com outras áreas que podem determinar as condições de saúde, sendo indispensável reforçar a proximidade do SNS, prevenir a doença, humanizar os cuidados de saúde e dignificar o fim de vida, através da despenalização e legislação da morte assistida.

A garantia da habitação é um dos maiores desafios geracionais atuais, pois o direito à habitação só se constitui como tal quando existe como algo acessível a todos. Este direito Constitucional está por cumprir, pelo que é urgente lutar pela universalidade do acesso à habitação, em particular para as gerações mais jovens, e ao qual é necessário dar resposta. A habitação é determinante nos modelos ecológicos atuais, não se podendo descurar os impactos e fragilidades da habitação nesse domínio, nomeadamente no que diz respeito à qualidade do isolamento térmico e do consumo energético. É necessário afirmar o combate à gentrificação e segregação, onde a rede de espaços e equipamentos públicos pode ter um papel relevante, além do necessário controlo da especulação imobiliária. Esta constitui uma ameaça às cidades e vilas, desprovido os cidadãos de condições de vida dignas nos centros urbanos, com óbvios impactos na vivência e comunidades existentes.

A garantia da segurança social constitui-se como a maior rede de proteção de trabalhadores e cidadãos, mantendo-se o desafio da sua sustentabilidade e reforço da sua ação. É por isso necessário reforçar e diversificar o financiamento do sistema de segurança social, seja através do combate à

evasão contributiva, taxando o lucro de empresas, ou receita de impostos sobre transações financeiras, não ignorando os fenómenos da digitalização e automação que podem desvirtuar o funcionamento atual da segurança social.

Ecologia

A crise ambiental global, nas várias escalas e graus de urgência, as desigualdades sociais, sobretudo as de raiz económica, e a salvaguarda das nossas liberdades, são três dos maiores desafios globais que a humanidade enfrenta no século XXI.

O LIVRE é um partido ecologista, de esquerda e libertário porque sabe que estes problemas estão relacionados e sabe que as soluções para estes problemas não podem estar desconectadas sob o risco de se boicotarem mutuamente. Desafios globais requerem também, sempre, respostas globais e articulação internacional. Por esta razão, o LIVRE assume a relevância da União Europeia para este fim e assume-se inequivocamente europeísta.

Lidar com as múltiplas dimensões da crise ambiental, quer no planeta, quer em Portugal, requer a travagem do declínio da biodiversidade, da degradação e colapso dos ecossistemas, do desequilíbrio progressivo dos ciclos naturais e das alterações climáticas. Estes objetivos são a meta mínima com que nos poderíamos comprometer, mas o LIVRE é mais ambicioso: não basta travar ou mitigar a crise ambiental existente, é preciso inverter a situação a que chegámos. Esta é a nossa meta.

Por esta razão, o LIVRE não se limitará a denunciar e a combater os atentados contra a natureza e o clima, em Portugal. O LIVRE irá continuar a propor formas de integrar uma conduta ecológica em todos os procedimentos da atuação do Estado, promovendo também essa abordagem junto das empresas e do dia-a-dia dos cidadãos, mas indo ainda mais longe: propondo alternativas que permitam alicerçar e revigorar a economia portuguesa, a partir da ecologia e servindo os objetivos da ecologia, incentivando as atividades e os sectores que ajudem a manter e recuperar os ecossistemas, a transição energética, a descarbonização e a sustentabilidade própria de uma economia circular.

Iremos fazê-lo, por exemplo, apoiando as pessoas e as comunidades que, adoptando serviços e modos de produção sustentável na agricultura, na gestão da floresta multifuncional, no turismo, na cultura, e em tantas outras actividades, ajudarão a manter solos férteis e produtivos, rios livres e limpos, habitats para muitas espécies de plantas e animais, o aumento contínuo do sequestro natural do carbono atmosférico e um território saudável, resistente e resiliente. O LIVRE acredita na prioridade às soluções baseadas na natureza.

Enquanto partido de esquerda, queremos assegurar que tudo isto avançará num clima de incremento da justiça social e do combate às desigualdades. Esse é um desígnio da esquerda e que o LIVRE não

deixará cair nas mãos da demagogia que se ergue na extrema-direita ou na ambiguidade perigosa dos que não se dizem de esquerda ou de direita.

Sabemos que as crises ambientais que enfrentamos resultam sobretudo de um capitalismo desregulado e de padrões de consumo insustentáveis, promovidos pelo mercado e adotados sobretudo pelos estratos socioeconómicos mais elevados. Mas sabemos também que são os mais vulneráveis e que menos contribuíram para esta situação os que mais sofrem com as consequências das ondas de calor, das cheias, dos incêndios, da escassez de água e do aumento dos preços nos alimentos.

O LIVRE propõe a alternativa: investir corajosamente nos usos do solo e dos oceanos que sejam sustentáveis e renováveis, não apenas através de um Novo Pacto Verde para Portugal e para a Europa, mas incentivando esta cultura junto da sociedade, gerando uma era de novas oportunidades e emprego. Com a pré-distribuição e redistribuição necessárias, o LIVRE sabe que será possível libertar todos aqueles hoje aprisionados pela pobreza, possibilitando-lhes o justo aumento do consumo de muitos bens e serviços essenciais para uma vida com conforto enquanto se incentiva à consciência ecológica no consumo.

Será também desta forma que poderemos redefinir mais depressa a quantidade de trabalho de que ainda precisamos, distribuindo igualmente os benefícios que se geram deste, o emprego necessário e o tempo que todos merecemos para a vida pessoal, para a família e para os amigos.

Europa

No mundo da ordem internacional marcada pelo unilateralismo, onde os Estados Unidos da América, sob a presidência de Donald Trump, arrepiam caminho ao sistema internacional e aos Direitos Humanos, a par de China, Rússia e o Brasil, presidido por Jair Bolsonaro, a defesa do multilateralismo e do respeito pelos Direitos Humanos é ainda mais urgente. A desestabilização de regiões na América do Sul, África e Médio Oriente é um reflexo da contínua ingerência por parte das grandes potências mundiais que impõem a sua influência e interesses estratégicos à margem das instituições internacionais.

É neste contexto que é premente a Europa constituir-se como um espaço de diálogo, paz e democracia. A necessidade de aprofundamento da integração europeia, dotando a UE de maior democracia interna, com maior representatividade dos europeus e mais mecanismos de responsabilização, é um passo no caminho para a construção de um ator de paz na cena mundial. Os Direitos Humanos são a condição basilar para a fundação da Democracia Europeia, nas suas dimensões civil, política, económica, social e ambiental. A defesa destes direitos é inalienável, inegociável e imprescindível, seja qual for o contexto político ou as conveniências táticas.

Além da necessidade da União Europeia em ser um ator ativo pela paz, há a responsabilidade, perante os seus mais de 500 milhões de cidadãos, em ser também um ator ativo para o desenvolvimento justo e solidário em todo o mundo. A UE deve pautar pelo exemplo na consagração dos direitos na saúde, na educação, na habitação, na segurança social. Estes direitos apenas se tornam efetivos se acessíveis a todos os que deles necessitem. Existe por isso a responsabilidade adicional da UE ser um ator internacional que defenda a autodeterminação dos povos, que desenvolva uma política externa anti-imperialista e independente de influências externas.

A instabilidade internacional, que resulta em vários conflitos armados e guerras, leva à fuga de milhões de pessoas dos seus lares, abandonando muitas das vezes as suas famílias em desespero, face à fome, doença e morte que ameaçam vários locais do globo. Não lhes podemos virar as costas. A UE tem de ser um espaço de humanidade e segurança para todos aqueles que a procurarem. É por isso urgente acabar com a Europa Fortaleza, com a externalização das fronteiras da UE, e com a venda de armamento indiscriminada por parte dos países europeus, que são também dos maiores exportadores de armas. Apenas combatendo a instabilidade internacional se pode travar a destruição de lares de milhões de pessoas que são depois obrigadas a fugir do horror da guerra. A UE é responsável pelo trabalho de acolhimento de refugiados e migrantes que procuram o espaço europeu como salvação, onde a descriminalização da solidariedade, o apoio à integração, e combate à exploração de quem vem para a Europa têm de ser prioridades políticas.

A UE como agente regulador é um dos domínios fundamentais para uma economia justa, solidária e sustentável no plano global. Os crimes de trabalho infantil e exploração, as más práticas ambientais e ecológicas na produção de bens e a falta de regulação dos mercados podem ser combatidas ao nível transnacional europeu, com influência para outros espaços mundiais. É por isso necessário lutar por um comércio justo, contra os acordos internacionais que não respeitem a proteção do meio ambiente e do bem estar animal, os direitos dos trabalhadores ou direitos humanos e os serviços públicos, e pela responsabilização das empresas multinacionais na violação desses aspetos, rejeitando os instrumentos ISDS (*Investor-State Dispute Settlement*).

A legislação ambiental portuguesa beneficiou bastante da transposição de diretivas europeias. Hoje, são essas leis e uma diversidade de regulamentos europeus que continuam a ajudar a proteger a natureza em Portugal e a assegurar o nosso direito a uma vida mais sustentável. Perante a dimensão global da crise ambiental, exige-se ação internacional concertada e multilateralismo. A UE assume um papel fundamental na articulação desses esforços, assumindo frequentemente a liderança como acontece, por exemplo, com o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. É essa liderança que defendemos, não apenas para as questões climáticas, mas para a travagem e inversão do declínio global da biodiversidade e do colapso dos ecossistemas.

A UE é um projeto civilizacional que não pode prescindir do seu espaço próprio de democracia, sendo essencial prosseguir no caminho da contínua construção europeia. Não podemos nem aceitar acriticamente as decisões das lideranças europeias, nem sucumbir à recusa do projeto de futuro que é a democracia europeia. Esta é uma característica que distingue o LIVRE dos partidos à esquerda do PS, tendencialmente eurocéticos.

Liberdade

A Liberdade, enquanto pilar constitutivo do LIVRE, é concebida enquanto prática partidária, de cultura interna, e prática política, como modo de estar na vivência democrática. Este pilar representa uma forma de fazer política e de estar no meio partidário, sendo por isso uma via de futuro para as políticas que o partido defende.

A Liberdade dos cidadãos abrange todos os campos das suas vidas, desde o nascimento ao fim de vida. Passa pela liberdade de poderem usufruir do seu tempo, de poderem constituir a família que entenderem ou de não o fazer, de professarem a religião que entenderem ou nenhuma, de adquirir conhecimento, de se expressar, de contribuir para a sociedade com as suas ideias, de se movimentarem e de decidir sobre as suas vidas. É na garantia destas liberdades que um Estado de matriz republicana assegura verdadeiramente a igualdade entre os cidadãos, entendida como a igualdade de oportunidades e de direitos entre todos.

Os avanços da tecnologia e automação representam desafios particularmente novos, em vários níveis da vida coletiva, seja no contexto do trabalho ou da vida pessoal, seja nos impactos económicos e ambientais, existindo ainda um desafio transversal inerente a estes avanços: a liberdade num mundo digital. A Internet é uma ferramenta global de ligação entre cidadãos de todo o planeta, e só uma Internet livre pode estar ao serviço da liberdade de expressão e da promoção do conhecimento. No entanto, o aumento da capacidade de computação e o desenvolvimento da tecnologia trazem consigo desafios à liberdade tais como o domínio do espaço digital por multinacionais digitais, que podem controlar e usar os nossos dados à nossa revelia. A liberdade dos cidadãos na rede não pode ser posta em causa por estas práticas. Para além da soberania digital, é também necessário que os estados garantam a liberdade dos cidadãos no acesso à informação pública de forma simples e transparente, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à informação sobre as tomadas de decisão e fundamentação das mesmas.

Os próximos ciclos eleitorais

Para pormos em prática a visão defendida nesta moção, é da maior importância preparar de forma consistente e coerente as eleições que decorrem durante os próximos dois anos: eleições regionais nos Açores já em outubro de 2020, presidenciais em janeiro de 2021 e autárquicas em outubro de 2021.

Os Núcleos Territoriais do LIVRE serão fundamentais para que as discussões programáticas em torno dos pilares do LIVRE sejam adaptadas para as realidades regional e local, construindo uma base comum para os programas autárquicos que tenham como ponto de partida o Novo Pacto Verde defendido pelo LIVRE, garantindo o combate à crise ambiental também na realidade regional.

O LIVRE, no espírito de convergência com que foi fundado, não fecha a porta a entendimentos com os partidos de esquerda para estes atos eleitorais de forma a garantir maiorias de esquerda e progressistas em todo o território nacional.

Eleições regionais dos Açores em outubro de 2020

A estratégia para as eleições nos Açores será trabalhada e concertada com o NT dos Açores, retirando também proveito da experiência das eleições de 2016. Deverá basear-se nos motes da criação de uma sociedade justa e ecologicamente sustentável, com pilares de ação.

Um dos pilares consiste no combate à pobreza. Os Açores são a região mais pobre e mais desigual do país. Propomos avançar com experiências institucionais de circulação de uma moeda local e de implementação de um rendimento básico incondicional. Queremos que o Governo Regional apoie de forma decisiva o setor da economia cooperativa e social.

Outro dos pilares constitui o reforço da democracia. Os Açores deram um passo importante no contexto da democracia nacional com a implementação de um círculo de compensação nas eleições legislativas regionais. Entendemos que o passo seguinte é a criação de uma Assembleia de Cidadãos.

Outra das prioridades será o bem-estar ambiental, a conservação da natureza, e a apresentação de um modelo de desenvolvimento alternativo e sustentável para o arquipélago. Os Açores podem beneficiar muito da implementação de um Novo Pacto Verde e dos benefícios que se proporcionarem pelo Pacto Verde Europeu. É preciso debater, escutar a população e preparar hoje aquela que será a melhor utilização possível desses investimentos. Dessa forma, será possível colocar os Açores na linha da frente da defesa do ambiente e da natureza. É necessário um investimento decisivo na gestão de resíduos, com a implementação de uma economia regional verdadeiramente circular. É fundamental acelerar a aposta em energias renováveis e tornar os Açores no primeiro arquipélago com plena autonomia energética e completamente descarbonizado. É inevitável a aposta numa agricultura regenerativa e ecológica que garanta segurança alimentar, assegure um rendimento digno aos agricultores e contribua para finalmente resolver o problema grave de poluição das lagoas, a

recuperação das muitas espécies autóctones e endémicas dos Açores e o cumprimento das metas climáticas globais. Finalmente, é necessário garantir um rendimento digno também aos pescadores, implementando um sistema democrático de gestão das pescas e um conjunto de áreas marinhas protegidas alinhado com as melhores recomendações científicas.

Eleições Presidenciais em janeiro de 2021

Apoiaremos uma candidatura à presidência da República que dê prioridade aos princípios do nosso partido, assente nos quatro pilares das liberdades e direitos cívicos; da igualdade e da justiça social; do aprofundamento da democracia em Portugal e da construção de uma democracia europeia; bem como - e é importante salientar isto - da ecologia, da sustentabilidade e da solidariedade intergeracional.

Acreditamos num Portugal universalista e só apoiaremos uma candidatura que acredite, como nós, que os Direitos Humanos são a base para um futuro melhor para todos e uma bitola na ação portuguesa na ordem internacional, que recuse a mercantilização do humano e que acredite que é através do eco-socialismo que o verdadeiro desenvolvimento existe.

Cientes da necessidade da defesa do Estado Social como garante da Igualdade e Equidade, só apoiaremos uma candidatura que tenha na sua defesa um dos pilares fundamentais bem como na defesa do Conhecimento, da Educação e da Cultura como motores de desenvolvimento humano e nacional.

Eleições autárquicas em outubro de 2021

As eleições autárquicas representam um desafio de particular envergadura para o LIVRE. O número de candidaturas e candidatos representam redobrado esforço de agregação e mobilização por parte de membros e apoiantes. Existe a oportunidade de estender a mobilização a simpatizantes mais sensibilizados para as causas locais, cujo contributo deve ser enquadrado nas estratégias locais a definir, cruzando com o objetivo de criar linhas de contributos locais para a estratégia nacional.

O LIVRE deve reconhecer as diversas realidades regionais, identificando, município a município, qual a melhor abordagem para as eleições. Primordialmente, o LIVRE deverá procurar entendimentos com forças de esquerda e progressistas, com base em estratégias locais. A apresentação de candidaturas próprias, apoio formal a candidaturas de outros partidos ou movimentos de cidadãos, ou pela participação do partido em coligações eleitorais com outros partidos progressistas.

A definição destas estratégias deverá ser, necessariamente, articulada entre os órgãos nacionais e os Núcleos Territoriais, avaliando as dinâmicas e realidades locais. A experiência dos atuais eleitos do LIVRE em órgãos autárquicos será particularmente relevante na preparação destas eleições.

Desafios internos e externos em 2020 e 2021

Na moção “SER LIVRE”, apresentada no Congresso de dezembro de 2015, prevíamos que nos anos seguintes iríamos ter pouco espaço mediático para expor as nossas ideias e, desse modo, chegar ao nosso eleitorado. Essa previsão foi confirmada na moção “Uma esquerda verde para construir o futuro”, apresentada no Congresso de janeiro de 2018, pelo que se apresentaram estratégias de comunicação para fazer passar a mensagem política de forma eficaz, o que veio a revelar-se benéfico, tendo em conta a projeção mediática durante as campanhas para as eleições europeias e legislativas de 2019.

A eleição a 6 de outubro para a Assembleia da República, em conjunto com a obtenção da subvenção pública atribuída por mais de 50.000 eleitores terem confiado o seu voto ao LIVRE, permite que o trabalho desenvolvido no LIVRE deixe de depender apenas de voluntariado. O LIVRE tem agora a responsabilidade de continuar a batalhar-se pelo património ideológico que tem vindo a cimentar desde 2014, nomeadamente o programa eleitoral com o qual conseguiu a eleição.

A eleição de uma deputada para a Assembleia da República criou no LIVRE a enorme responsabilidade de ter o seu programa político e os seus pilares fundadores com representação no parlamento nacional. Não obstante, esta eleição foi o corolário de uma afirmação consistente do partido, a nível local e regional, tendo o partido representantes eleitos em vários municípios, nomeadamente deputados municipais em Lisboa e em Felgueiras, deputados de freguesia em Lisboa, Vila de Frades e Foz Côa e o apoio ao executivo de Felgueiras, com o movimento cidadão “Sim, Acredita” e em coligação com o PS.

A eleição para Assembleia da República levantou, no entanto, várias questões de funcionamento dos órgãos do partido e de métodos, que é necessário sistematizar e analisar construtivamente, de forma a tornar fluido e articulado o trabalho dentro do LIVRE, com as suas representações e na comunicação para o exterior.

O LIVRE tem idiosincrasias metodológicas de orgânica verdadeiramente inovadoras em Portugal, que lhe conferem características de prática democrática muito especiais, mas, ao mesmo tempo, muito mais exigentes no seu cumprimento e no seu escrutínio.

É, assim, necessário que nos posicionemos de forma crítica, construtivamente, na percepção do que é possível de ser melhorado, aprofundado e clarificado, quer seja no que se refere à articulação entre órgãos, quer na relação com os eleitos, quer na pragmatização das decisões que requerem urgência, na definição dos temas de iniciativas legislativas mais definidoras da estratégia e das preocupações do LIVRE, na comunicação dos eleitos com o eleitorado e com os membros e apoiantes do LIVRE, ou até, no processo de Primárias e da sua aplicação. Promoveremos por isso, em conjunto com a Assembleia, grupos de análise que possam apontar as melhorias a adoptar, já a tempo das próximas eleições nos Açores em outubro deste ano.

Todas estas questões devem ser prioritárias no próximo mandato, e devem ser colocadas à discussão de todos os membros e apoiantes do LIVRE, enquanto partido partilhado.

Melhor comunicação e maior envolvimento

A comunicação é uma área de contínuo trabalho procurando responder perante membros, apoiantes e simpatizantes, garantindo também afirmar a identidade e posicionamento do partido em diversas plataformas e veículos de informação. A eficácia da mensagem do LIVRE continua a carecer de melhoria, suportada por uma maior capacidade de criação de conteúdos e presença mais firme nos canais de comunicação utilizados, que corresponda à exigência do princípio da transparência.

No domínio digital é essencial reforçar a presença do partido, através da partilha de propostas, eventos e iniciativas e da criação de conteúdos que possam ser utilizados também pelos Núcleos Territoriais. Neste âmbito é também necessário fomentar a utilização de conteúdos partilháveis.

No domínio de conteúdos é premente continuar a trabalhar a publicação e divulgação de trabalhos e artigos que aprofundem o património ideológico do partido, bem como criar conteúdos que os sintetizem e transmitam. A par deste trabalho, é relevante continuar a melhorar a comunicação do partido e transmitir essas boas práticas aos Núcleos Territoriais.

No âmbito da estratégia, e com reforço de meios, é possível concretizar um plano de comunicação alargado que estabeleça o posicionamento do partido na perceção pública, além de identificar ferramentas de comunicação que possam ser utilizadas mais eficazmente por NT.

Numa perspetiva interna, é necessário estabelecer mecanismos de comunicação contínuos entre o Grupo de Contacto e Núcleos Territoriais, Círculos Temáticos, e outros órgãos. Face ao reforço de meios e de funcionários do partido, será possível assegurar esta comunicação com maior regularidade, percebendo também a sensibilidade de demais membros e apoiantes para a melhoria contínua da comunicação interna. A plataforma Ponto LIVRE lançada recentemente vem ajudar a dar resposta a esta desejada melhoria de comunicação interna e melhoria de processos de trabalho conjunto. Esta plataforma permite cimentar o objetivo transversal da democracia deliberativa, pelo que o papel de membros e apoiantes sai reforçado na criação e influência de programa político e envolvimento nas decisões. Continuamos desta forma a concretizar a democracia direta, praticando o que defendemos.

A comunicação do partido deve continuar a primar pela transparência e abertura que caracterizam o LIVRE, mantendo uma relação de cordialidade e respeito para com a Comunicação Social.

Propostas políticas que representam os nossos valores

Além do compromisso de melhoria da comunicação para com membros, apoiantes e simpatizantes, continua a ser essencial promover propostas políticas que possam demonstrar eficazmente os valores do partido. Estas propostas políticas têm de responder às preocupações e necessidades dos cidadãos, nos diversos planos, momentos e urgências. A apresentação de propostas que ilustrem os valores e programas eleitorais do LIVRE é por isso uma linha a seguir, permitindo demonstrar o carácter diferencial do partido e continuar a contribuir para a melhoria de vida dos cidadãos.

Para fomentar esta ação, é importante continuar a trabalhar a divulgação de textos e artigos teóricos e ideológicos junto de membros, apoiantes, e público em geral para que se continue a afirmar a identidade do partido, tanto no plano interno como externo. É igualmente necessária a ligação à sociedade civil, às associações e movimentos com os quais partilhamos objetivos e preocupações.

É essencial que estas propostas sejam vinculadas aos grandes pilares do partido, facilmente compreendidas e inovadoras, no seu conteúdo ou na sua aplicabilidade, e transmitidas de forma eficaz ao nível comunicacional. O LIVRE continuará a fomentar que os seus membros e apoiantes partilhem o património ideológico do LIVRE, respondendo aos temas do momento, em meios de comunicação social, de forma a alcançar eleitores que de outra forma poderão não ter conhecimento dos posicionamentos do partido.

Uma rede de membros e apoiantes

Os Núcleos Territoriais são essenciais para a implementação do Partido a nível nacional. Nesse sentido, iremos dar apoio aos núcleos já existentes e incentivar a criação de NT em locais onde ainda não existam. O objetivo é que os núcleos desenvolvam autonomia para organizar iniciativas no seu território e que, simultaneamente, colaborem com as estruturas vizinhas, formando uma rede de apoio, de comunicação e de troca de experiências entre membros e apoiantes e o eleitorado.

De forma a fomentar esta rede, serão revistos os procedimentos internos, no sentido de facilitar e agilizar a criação dos NT. Será também reforçado o contacto direto com grupos informais que procurem a formação oficial.

Além desta agilização, e de forma a cimentar os NT já existentes, a comunicação trabalhada pelo partido será partilhada e co-construída com os núcleos, munindo-os de ferramentas de comunicação que facilitem a sua atuação nos respetivos territórios.

Prática política

O LIVRE constitui-se como um partido colegial nos processos de tomada de decisão em todos os órgãos que constituem o partido. Esta forma de funcionamento, que reflete uma forma de praticar a política, aplica-se também à tomada de posições políticas e estratégicas. A colegialidade permite

também garantir uma maior representatividade e uma maior diversidade de experiências, enriquecendo a mensagem política e fugindo da sua pessoalização.

Esta prática de colegialidade, participação e transparência procura uma abertura da política a toda a sociedade, seja através da votação de emendas e programas, seja a eleição dos candidatos do partido através de eleições primárias abertas. Esta abertura privilegia a transparência, o debate político, e a defesa das opiniões, sempre baseada no princípio da confiança mútua, entre camaradas, entre órgãos e entre representantes e representados. Existe por isso um compromisso com a prática democrática e com a liberdade de opinião e expressão, que cumpram os princípios de lealdade, abertura, transparência, liberdade, integridade, interesse público e responsabilidade.

Para uma esquerda verde progressista para um futuro sustentável e justo

Para cumprir esta moção, apresentamos esta lista para formar o Grupo de Contacto com duas características importantes: experiência e renovação. Por um lado, apresentamos a experiência de quem nos últimos quatro anos garantiu a existência e o reforço do LIVRE. Além disso, propomos a renovação, com a entrada de membros que se juntaram ao partido e que já puderam dar o seu contributo durante os últimos anos. Além destas características, a equipa é também um reflexo do aumento da representatividade geográfica do partido, que acrescenta novas sensibilidades e preocupações. Queremos, assim, assegurar uma participação política sólida na sociedade e o crescimento do LIVRE como o partido da esquerda verde progressista na construção de um futuro sustentável e justo.